

ARTIGO 19

DEFENDENDO A LIBERDADE
DE EXPRESSÃO E INFORMAÇÃO

Relatório Global de Expressão 2019/2020

Sumário Executivo

O estágio da liberdade de
expressão ao redor do mundo

Relatório Global de Expressão
2019/2020: o estágio da liberdade de
expressão ao redor do mundo

SUMÁRIO EXECUTIVO EM PORTUGUÊS



ARTIGO 19

Agradecimentos

A **ARTIGO 19** agradece a todos que contribuíram para o relatório deste ano e a todos aqueles que sabem a importância da agenda abordada.

No momento de uma pandemia global, lembramos que o Relatório Global de Expressão é a soma de muitos esforços, reunindo o trabalho de muitas organizações e ativistas de direitos humanos em todo o mundo.

A jornalista Emily Hart e a estatística Nicole Steward-Streng desenvolvem e entregam as reflexões deste relatório, reunindo e dando sentido a uma vasta gama de dados, experiências e contextos. Emily e Nicole têm trabalhado em estreita colaboração na evolução da métrica de liberdade de expressão para sua forma atual.

Todos os nossos números são baseados no conjunto de dados inigualáveis da V-Dem, e trazer tudo isso à vida é a vasta experiência dos escritórios regionais da ARTIGO 19.

A equipe de produção deste ano foi conduzida pelo especialista em comunicação Raahat Currim.

Agradecemos também Angela Yates por seu trabalho pormenorizado sobre o texto; Lucy Peers por criar o visual de coerência na estrutura de dados privados, e Sharon Leese, pelo layout de especialista e design adicional.

É por causa de todos os envolvidos que podemos continuar monitorando a liberdade de expressão.

Sobre o Instituto V-Dem e o conjunto de dados

O [V-Dem Institute](#) é um instituto de pesquisa independente e a sede do projeto está localizada no Departamento de Ciência Política da Universidade de Gotemburgo, na Suécia.

O Instituto foi fundado pelo Professor Staffan I. Lindberg em 2014 e é responsável pelo conjunto de dados V-Dem, um dos maiores esforços de coleta de dados de ciências sociais do mundo, com uma base contendo mais de 28,4 milhões de pontos de dados. A última versão do conjunto de dados, v10, abrange 202 países de 1789-2019.

Temos que reivindicar nosso direito de falar e saber

Prefácio de Quinn McKew, diretora executiva global da ARTIGO 19

No contexto da pandemia COVID-19, enfrentamos uma reconfiguração global das relações entre indivíduos, comunidades e estados. Desde dezembro de 2019, vimos o mundo se redesenhar de inúmeras formas: as fronteiras aumentaram, a vigilância se intensificou e o movimento foi drasticamente reduzido.

A interação humana é, mais do que nunca, mediada através de inúmeras horas on-line, uma vez que centenas de milhões de pessoas foram confinadas a suas casas. Aprendemos a navegar por orientações conflitantes enquanto filtramos um tsunami de informação. Aceitamos tacitamente o fato de milhões de pessoas perderem a vida, ou enfrentarem a pobreza extrema à medida que a pandemia de Covid-19 avança no mundo.

Não há dúvida de que a marca que este período deixará em todos será profunda. No entanto, temos o poder de responder às crises. Temos de repelir o caos desencadeado pela forma como os estados reagiram à pandemia, e a forma mais eficaz e sustentável de o fazermos é reforçar os nossos direitos de falar e de saber.

Estas duas liberdades vitais estão sob pressão há uma década: sem elas, tanto os estados como os indivíduos serão reféns da corrupção e da desigualdade. A

plena realização desses direitos garante populações informadas e que podem exigir um governo responsável e eficaz.

Em 2020, estamos muito longe da plena realização destes direitos: a liberdade de expressão tem agora de ser reivindicada dentro de um contexto extremamente desafiador - um novo paradigma limitado por enormes mudanças de poder, tecnologias e comportamentos.

Estamos assistindo a uma crise de confiança, com a credibilidade das autoridades públicas comprometida e os meios de comunicação enfrentando desafios, como resultado da pandemia e das profundas alterações antes disso. Mas não é só isso: a pandemia demonstrou a necessidade aguda das populações poderem acessar e agir com base em informações precisas provenientes de fontes plurais e diversas da comunicação social.

Sem o direito de saber plenamente realizado – que autoridades, por sua vez,

minaram ativamente -- os governos são incapazes de manter a credibilidade necessária para governar. Como chegamos aqui?

Este relatório mostra que as sementes para a quebra da confiança foram semeadas ao longo de muitos anos -- como uma marcha lenta para um futuro incerto. O mundo entrou na crise Covid-19 com a proteção do direito à liberdade de expressão e informação em seu pior retrocesso em mais de uma década. A métrica de Expressão Global (GxR) mostra que uma parcela maior da humanidade vive sob regimes repressivos hoje do que há uma década, e que as medidas em todas as regiões do mundo estão estagnadas ou em declínio.

51% da população mundial vive agora em países classificados em "crise" - ou seja, com uma pontuação GxR inferior a 20 pontos numa escala de 100. São 3,9 bilhões de pessoas vivendo em contextos em que o direito de saber ou o direito de falar são rotineiramente violados.

Países com enormes populações e outros com grande influência, como a China, Índia, Rússia, Turquia, Irã e Bangladesh, para citar apenas alguns, vivem em estado de crise de sua liberdade de expressão". O Brasil ainda não entrou na categoria de crise, mas tem visto um declínio acentuado e acelerado, enquanto países como os Estados Unidos (EUA) estão regredindo e criando ambientes cada vez mais hostis para comunicadores e ativistas.

Esses países detêm um poder considerável e uma influência econômica e política significativa nas suas regiões. E muitos estão evitando ativamente a responsabilização no âmbito dos

mecanismos internacionais que eles próprios subscreveram.

Alcançar progressos em matéria de direitos humanos em geral torna-se cada vez mais desafiador: com a impunidade em níveis espantosos, é imperativa a necessidade de reequilibrar as relações de poder.

304 defensores dos direitos humanos foram mortos no ano passado: 40% dos mortos atuavam na defesa de terras e territórios, de povos indígenas e de direitos ambientais, com uma enorme concentração de violência na América Latina.

Só em 2019 foram mortos 57 jornalistas, com uma taxa de impunidade de cerca de 90%. 971 jornalistas foram mortos desde 2009. Pelo menos 250 jornalistas estavam presos no final de 2019, e as tentativas de silenciar comunicadores estão se diversificando - desde a "guerra jurídica" e o assédio judicial, até vigilância e assédio por parte dos serviços de segurança.

Impunidade, silenciamento dos meios de comunicação social, restrições excessivas à expressão online - são ações daqueles que estão no poder. Têm se agravado em severidade e em cada um dos dez anos anteriores.

Agora estamos colhendo as consequências: este cenário de retrocesso contextualiza a resposta global à Covid-19. Durante esta pandemia, foram declarados estados de emergência em 90 países, criando situações legislativas excepcionais que permitiram limitações aos direitos e liberdades.

Houve mais de 220 medidas e políticas em todo o mundo que restringem as liberdades de expressão, reunião e informação, com evidências de que as eleições também estão sendo manipuladas sob o pretexto de proteções de saúde pública.

Temos sido testemunhas de que os governos impõem medidas de vigilância abrangentes, impõem restrições generalizadas aos protestos e direcionam o desligamento da Internet, limitando a capacidade de milhões de pessoas de localizar informações que poderiam salvar vidas.

O que este relatório também ilustra é que há resistência para enfrentar a repressão. Reivindicar o direito de saber e o direito de falar tornou-se crucial para manter o impulso da mudança e equilibrar relações de poder entre o estado, a sociedade e o indivíduo. Mesmo confrontados com a brutalidade do poder público, em muitos países as pessoas uniram-se em grande número para formar movimentos de protesto. E muitos conseguiram mudanças significativas, como mostram os resultados positivos do Relatório Global de Expressão para países como Tunísia, Sudão e Armênia: eles se baseiam no fato de que milhões saíram às ruas determinados a criar espaço para a reforma e potencial para a construção de instituições.

Uma vez que os governos não protegem a integridade e a eficácia das instituições democráticas, a confiança nelas está corroendo rapidamente: o protesto revelou-se fundamental para a participação política e para a reforma institucional e garantiu voz à população e a grupos vulnerabilizados.

Mesmo durante a pandemia, as pessoas não pararam de tomar as ruas: os EUA viram protestos extremamente influentes este ano, e muitos em Hong Kong, Argélia, México, Irã, Bielo-Rússia e Líbano (para citar apenas alguns) evidenciaram a má governança como uma ameaça maior para a população do que COVID-19. Mas, as autoridades e a polícia continuam a tratar os protestos como uma ameaça à democracia, e não como uma parte fundamental dela, respondendo com violência, comportamento abusivo contra as pessoas que protestam e esforços para estigmatizá-los.

E temos testemunhado tentativas de repressão não só de países tradicionalmente considerados autoritários. Mesmo os Estados historicamente liberais, como o Reino Unido, estão tentando deslegitimar movimentos de protesto pacíficos, como a Rebelião da Extinção, associando a sua causa com aqueles definidos como grupos terroristas.

Nesta atmosfera febril, temos de renovar o nosso enfoque coletivo na redefinição do contrato entre o indivíduo e o Estado em toda a parte. Embora a comunidade internacional tenha construído infraestruturas incumbidas justamente de fazer os estados avançarem em relação a esses objetivos, sob a forma de realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é agora vital um esforço renovado e uma nova concentração nos seus compromissos.

Esses compromissos sobre governança, acesso à informação e transparência corporativa, entre outros, são a melhor chance que temos de promover melhorias sustentáveis de longo prazo na realização de nossos direitos de expressão e

informação. A atual crise aumentou as desigualdades que estão literalmente custando a vida das pessoas.

Os governos devem honrar esses compromissos como parte da reconstrução das relações com as pessoas e restabelecer a confiança que se perdeu. E, fundamentalmente, os governos devem ouvir os governados, abraçar a transparência radical, e garantir que os mecanismos de acesso a informações e participação sejam reforçados, não corroídos.

O progresso, por exemplo, nas leis antitruste dos EUA que afetam as Big Tech é especialmente crucial, quando grande parte da nossa interação é mediada por elas. Coletivamente, temos de continuar a reduzir o controle que os organismos privados têm sobre o livre fluxo de informação, melhorar a responsabilização pela moderação dos conteúdos e pressionar por soluções que distribuam conhecimento, poder e recursos a muitos, em vez de os concentrar nas mãos de alguns.

Quando somos impedidos de fiscalizar aqueles que abusam do seu poder, não podemos continuar a exigir direitos básicos, incluindo igualdade e educação para todos, ar puro, água e alimentos, condições de trabalho justas e um nível de vida adequado e o mais elevado nível de saúde possível. As autoridades, com maior facilidade, demonstram ser capazes de manipular as populações para cometer genocídio ou erradicar brutalmente culturas inteiras.

3,9 bilhões de pessoas vivem em estados onde a liberdade de expressão está em crise. É evidente que a nossa liberdade de falar e de conhecer está num momento perigoso. Nenhum acontecimento o demonstrou de forma mais clara do que a atual crise da saúde. Temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para impedir que estas restrições se tornem características permanentes dos nossos sistemas de governo. Temos de exigir espaço para questionar e participar. A hora de agir é agora.

Relatório Global de Expressão: Apresentação

O Relatório Global de Expressão é uma análise abrangente e anual com base em dados sobre a liberdade de expressão em todo o mundo.

Com base em dados e ao realizar uma retrospectiva analítica, este relatório consolida informações sobre o estágio da liberdade de expressão ao redor do mundo em 2019 - apontando como esse direito fundamental se materializou, quais foram as principais tendências e como foi afetado pelos eventos globais.

A métrica do Relatório Global de Expressão (GxR, na sigla em inglês) rastreia a liberdade de expressão em todo o mundo. Ela reflete não apenas os direitos da mídia, de comunicadores e defensores de direitos humanos e ambientais, mas qual o espaço existente para todos nós - como pessoas e membros de organizações - nos expressar, comunicar e saber. Olhamos como cada pessoa é livre para se comunicar on-line, protestar, ensinar e acessar informações para garantir sua participação social, fiscalizar o poder público e responsabilizar aqueles com poder.

Foram utilizados 25 indicadores (ver metodologia) em 161 países para criar

uma pontuação global da liberdade de expressão para cada país numa escala de 1 a 100. Estas pontuações colocam os países em uma de cinco categorias:

Pontos/categoria de expressão

0–19: Em crise

20–39: Altamente restrito

40–59: Restrito

60–79: Pouco Restrito

80-100: Aberto

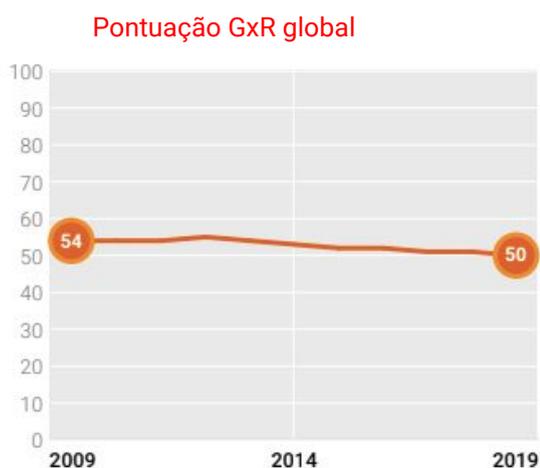
Para identificar tendências, as pontuações a nível global e regional foram analisadas ainda pela comparação de sua queda, estagnação ou avanço ao longo de um período de um, cinco e dez anos. A pontuação de cada nação também gerou um ranking a partir de sua classificação (para o conjunto completo de quadros de dados ver Anexos).

Os indicadores da organização são explorados em análises regionais ao longo do relatório global, que pode ser [acessado na íntegra em inglês](#), sendo complementados por dados de outras fontes de informação.

O estágio da liberdade de expressão ao redor do mundo

O mundo sofreu mudanças radicais face a uma crise global de saúde em 2020: a crise de saúde é também uma crise de liberdade de expressão e informação. Mais da metade da população mundial - cerca de 3,9 bilhões de pessoas - vivem em países onde a liberdade de expressão está em crise, a maior de todos os tempos.

A liberdade de expressão global está em declínio, atingindo seu nível mais baixo da década. A média de pontuação global do GxR caiu novamente em 2019, para 50.



Mais da metade da população mundial - cerca de 3,9 bilhões de pessoas - vive em países classificados em crise: o número mais alto de todos os tempos.

Os países com as maiores populações estão caindo de categoria e encontram-se com liberdade de expressão em crise ou restrição. Esses países são, muitas vezes, também os que exercem uma influência econômica, política e militar significativa nas suas regiões. Países como a China

(1,4 bilhão de pessoas), Índia (1,4 bilhão de pessoas), Turquia (83 milhões de pessoas), Rússia (144 milhões de pessoas) e Bangladesh (163 milhões de pessoas) estão todos classificados em crise. O Brasil (211 milhões de pessoas) ainda não entrou na categoria de crise, mas está em declínio acentuado e acelerado na sua pontuação.

Muitos destes países ignoram escaradamente as normas de direitos humanos internacionais, tanto na legislação como na prática, ou não se envolvem com as Nações Unidas, ou, quando se envolvem, é para promover uma agenda anti-direitos em fóruns internacionais.

As pontuações vêm caindo em todas as regiões há uma década, exceto no Oriente Médio e no Norte da África, onde a expressão teve um ligeiro avanço entre 2011 e 2012 (na sequência da Primavera Árabe), mas em 2019 já havia voltado para os níveis de liberdade de expressão registrados em 2009. Os países considerados abertos tendem a ter populações menores e menor território geográfico.

Tendências globais

O mundo entrou na pior crise de liberdade de expressão em décadas, com o terreno perfeitamente preparado para uma maior erosão de direitos e liberdades sob o pretexto de gestão de crise de saúde.

As sementes da resposta global ao Covid-19 foram plantadas em 2019, com atitudes isolacionistas e autoritárias crescendo a partir da ascensão de líderes populistas hostis ao jornalismo, à ciência, ao envolvimento em organismos multilaterais de direitos humanos. Houve uma erosão da confiança no poder público.

O vírus Covid-19 surgiu em [ambientes já repletos de censura e de ataques](#) a opiniões contrárias, dissidências ou oposição política - o pior ambiente de expressão global da década. Muitos governos usaram a crise da saúde pública como pretexto para continuar a restringir a liberdade de expressão da população - online, nos meios de comunicação social e nas ruas.

Em 2019, as pessoas saíram às ruas para se fazerem ouvir em grande número. [Houve um aumento de 51% no número de manifestações](#) em relação ao ano anterior, com as atividades aumentando em 71% dos países. As medidas de austeridade e a desigualdade econômica foram um catalisador para muitos desses protestos (a maioria da população mundial agora vive em países com crescente desigualdade de renda), assim como a frustração e a desconfiança em lideranças e autoridades públicas.

Muitos desses protestos, porém, receberam uma resposta violenta do estado. Em 2019, registrou-se um [aumento de 106% em casos de mortes em manifestações](#), com o disparo de balas por forças de segurança contra manifestantes. Além disso, houve a utilização abusiva e excessiva de medidas consideradas "menos letais", como balas de borracha, que podem mutilar e até matar.

Ameaças tradicionais à expressão avançaram: a segurança de comunicadores continua sendo um problema sério em todo o mundo, assim como a falta de justiça para casos de assassinatos, agressão, ameaça e assédio contra esses profissionais. [57 jornalistas foram mortos em 2019](#), com uma taxa de impunidade de cerca de 90%. A justiça continua inacessível para Jamal Khashoggi, Daphne Caruana Galizia e Jan Kuciak, bem como no caso dos assassinatos de [Navarte no México](#), entre muitos outros.

971 jornalistas foram mortos desde 2009. Embora o número de jornalistas mortos em 2019 tenha sido inferior à média nos últimos anos, constatamos que as formas de silenciar os jornalistas são cada vez mais diversas. Encarcerar jornalistas é uma ferramenta fundamental de silenciamento, com pelo menos [250](#)

[comunicadores detidos ao final de 2019](#), 98% dos quais eram jornalistas locais. Os piores países em relação à detenção de comunicadores foram a China, a Turquia, a Arábia Saudita e o Egito, seguidos pela Eritreia, o Vietnã e o Irã. Há também uma tendência crescente de campanhas de difamação, deslegitimação e estigmatização de comunicadores, que são rotulados de inimigos, criminosos, traidores e até mesmo terroristas sempre que a cobertura incomoda atores com poder - o que gera um descrédito em relação ao seu trabalho e uma queda em seu apoio público.

Ativistas e defensores dos direitos humanos também enfrentam enormes riscos: [304 defensores foram mortos em 2019](#). 40% desses atuavam na defesa da terra, territórios e direitos ambientais e de povos indígenas. A América Latina se destacou negativamente, concentrando muitos casos. Inúmeros outros defensores foram silenciados por ataques violentos, prisões, ameaças de morte, processos judiciais, e leis repressivas. Só nos últimos dois anos, foram aprovadas ou planejadas cerca de 40 leis para impor barreiras contra os defensores dos direitos e a sociedade civil.

Uma grande parte destes casos é conduzida pelo setor privado. Houve 98 processos criminais iniciados contra defensores de direitos humanos em 2019, contra 62 em 2018. Nos últimos cinco anos, houve um aumento médio de [48% ao ano no assédio judicial de defensores de direitos humanos em casos que envolvem questões relacionadas às atividades do setor privado](#). A vigilância invasiva por parte de agentes do setor privado sobre jornalistas e defensores de direitos humanos também é uma preocupação crescente.

Em 2020, porém, houve uma mudança: a crise COVID-19 reconstruiu alguma confiança na mídia. No meio da pandemia, [assistimos a um aumento do consumo de fontes tradicionais de notícias](#), especialmente a televisão. Na verdade, a confiança na cobertura da COVID-19 pela mídia é relativamente alta, em um nível semelhante ao dos governos nacionais e significativamente maior do que políticos individuais. Em meio aos riscos da desinformação na pandemia, entretanto, a regulamentação da mídia se tornou mais rígida, à medida que os governos usam a crise de saúde como desculpa para restringir ainda mais a liberdade de imprensa.

O poder sobre a liberdade de expressão está cada vez mais consolidado nas mãos de algumas plataformas de redes sociais, embora o foco das autoridades continue a recair sobre o controle de usuários, em vez de garantir que as plataformas e as empresas respeitem os direitos humanos. Fechamentos, bloqueios e vigilância tornaram-se práticas padrão para muitos regimes, enquanto governos (mesmo na União Europeia) delegam corporações para realizar a censura, rompendo os limites colocados pelo direito internacional dos direitos humanos.

A política do "homem forte" continua a crescer globalmente, com muitos líderes autoritários, ainda que democraticamente eleitos, focando seus esforços em alterar constituições nacionais para permanecer no cargo e manter redes de clientelismo e corrupção.

Esses líderes promovem uma forma de populismo majoritário, que exclui, polariza e silencia, criando obstáculos para as instituições e práticas democráticas e

excedendo os limites do exercício do poder. O nacionalismo étnico e religioso está em ascensão em todo o mundo, com a repressão por parte do Estado de vezes

plurais em países como Myanmar, Brasil, Malásia, Índia, Sri Lanka e Hungria, para citar apenas alguns.

O quadro geral: democracia, mídia e o contexto para a expressão

Para que a liberdade de expressão floresça, a democracia tem que funcionar. Por sua vez, a liberdade de expressão sustenta a democracia. Preocupantemente, as métricas de democracia da V-Dem estão em declínio - um declínio que espelha o declínio das pontuações de liberdade de expressão.

Pela primeira vez desde 2001, os dados da V-Dem sugerem que as autocracias são a maioria: 92 países, que [abrigam 54% da população global](#). Alguns países que se movem para a autocracia têm grandes populações e exercem influência militar, econômica e política global, incluindo China, Brasil, Rússia, Índia, EUA e Turquia.

O esmagamento da liberdade de expressão é um meio e um fim para esses líderes, que suprimem vozes críticas e plurais, restringem a fiscalização de seus governos, abrindo caminho para perpetuação da corrupção e do clientelismo. Os regimes autocráticos tendem a ser monitorados e denunciados pela sociedade civil e pela mídia, e, por isso, promovem o silenciamento daqueles que fiscalizam suas ações. Com o tempo, começam a erodir as instituições democráticas e, em última instância, minam a independência das eleições.

Observando os padrões de países como Hungria, Turquia, Polônia, Sérvia, Brasil e Índia, os dados da V-Dem mostram que os indicadores de liberdade de imprensa e da sociedade civil declinam primeiro,

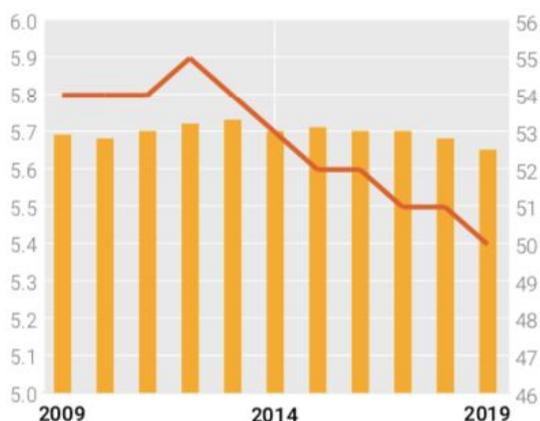
seguidos de indicadores de liberdades eleitorais. Em 2019, a medida da V-Dem para "eleições limpas" caiu significativamente em 16 países, enquanto a censura da mídia e a repressão da sociedade civil se intensificaram em 37 países. Este é potencialmente um sinal de alerta para a liberdade de expressão e para democracia de uma forma mais ampla: onde os meios de comunicação social e a sociedade civil são reprimidos, as liberdades eleitorais são suscetíveis a ataques em um futuro próximo.

Protestos têm acontecido como uma força contra a autocracia em alguns lugares. Durante os últimos 10 anos, protestos em massa pró-democracia em 22 países foram seguidos por substancial democratização. A Armênia, Gâmbia, Sri Lanka e Tunísia são os quatro países que alcançaram os maiores ganhos democráticos.

As pontuações para a liberdade de expressão ao longo da última década evoluíram em estreita ligação com o indicador de "responsabilização vertical" (vertical accountability), que mede até que

ponto os cidadãos são diretamente capazes de manter os representantes públicos prestando contas à população. É evidente que a liberdade de expressão - nas suas várias formas - é um instrumento fundamental para os cidadãos: quando essa liberdade sofre, os abusos de poder e violações são exercidos impunemente.

Indicador de responsabilização vertical e GxR



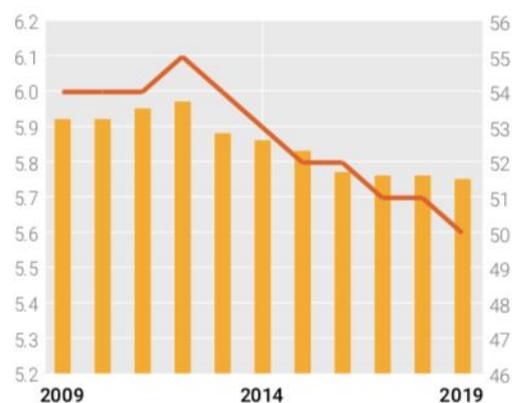
Uma mídia plural e crítica?

Um cenário de mídia livre, plural e diversa permite que a mídia seja crítica aos poderes públicos e privados e, por sua vez, ajudem as pessoas a se manterem informadas e engajadas com a participação social.

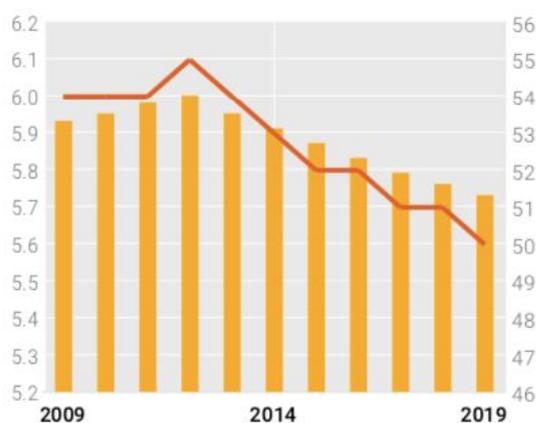
A diversidade e o pluralismo são importantes tanto para a função da mídia como para a liberdade de expressão no seu conjunto.

Na última década, os dois indicadores que medem até que ponto a mídia impressa e radiodifusão é crítica ao poder público e a pluralidade de perspectivas presentes seguiram rigorosamente as mudanças na pontuação do indicador de liberdade de expressão GxR, como mostram respectivamente os gráficos na coluna ao lado.

Mídia impressa e de radiodifusão crítica ao poder público e GxR

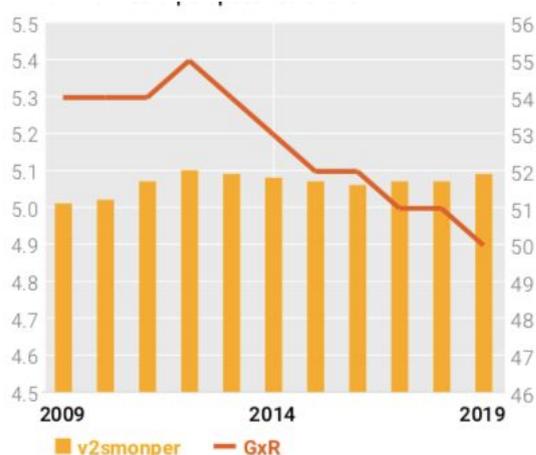


Pluralidade de perspectivas impressas e de radiodifusão e GxR



Curiosamente, as mudanças no indicador de 'perspectiva de mídia online' não fluem em conjunto com as mudanças na pontuação GxR.

Pluralidade de perspectivas online e GxR



Embora a Internet tenha sido saudada por uma parcela expressiva da população como a grande democratização das comunicações, os dados revelam uma história diferente: as perspectivas dos meios de comunicação online crescem, mas isso não se traduz em maior liberdade de expressão.

A proliferação de pontos de vista online, assim, não significa, por si só, uma oportunidade mais significativa de expressão, informação ou envolvimento político: na verdade, o que vemos na prática é que, em alguns casos, as perspectivas online podem aprofundar uma polarização tóxica, ou mesmo uma disponibilidade de desinformação.

A comunicação online ainda é concentrada por empresas privadas, tanto no nível de infraestrutura quanto de plataformas. Somado a este controle do setor privado sobre os meios de expressão, há uma rotina de má gestão e repressão da expressão online por parte de governos.

Enquanto as empresas forem responsáveis e a regulamentação governamental não cumprir as normas de direitos humanos, é difícil imaginar que o crescimento da pluralidade de perspectivas dos meios de comunicação online se traduza em uma efetiva melhora da liberdade de expressão.

Brasil: classificação do país despenca em meio à violência e desinformação

No Brasil, observou-se a maior queda de pontuação do mundo em 1, 5 e 10 anos: o país caiu duas categorias, considerando a classificação do relatório, em apenas uma década. Este declínio acelerou com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder no início de 2019, com uma queda de 18 pontos em apenas um ano.

População

211 milhões

A Liberdade de Expressão e Informação são garantidas pela Constituição: Título VIII, Capítulo V, Artigo 220.

PIB per capita

USD8.700

O Brasil ratificou o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) em 1992.

Pontuação GxR

46

Pontuação GxR Brasil 2009-2019



Categoria de expressão

Restrita

Declínio da pontuação

2018/2019	2014/2019	2009/2019
- 18	- 39	- 43

Posição no ranking

94/161

Desde 2010, 43 jornalistas foram mortos no Brasil. Em um cenário já preocupante, os ataques a comunicadores se intensificaram após a campanha presidencial de 2018, vencida pelo atual presidente Jair Bolsonaro. Dada a dimensão e a influência do Brasil, sua queda livre em relação aos direitos humanos tem um efeito significativo na região como um todo: o Brasil é a maior economia da América Latina, além de ser a segunda maior população das Américas, atrás apenas dos Estados Unidos.

Em janeiro de 2019, mesmo mês em que Bolsonaro foi empossado como Presidente, seu governo fez grandes alterações em duas leis: a primeira permitia controlar espaços cívicos e reduzir a liberdade de expressão, a segunda aumentava o número de funcionários públicos autorizados a classificar documentos e informações públicas como sigilosas por até 50 anos.

Depois de uma intensa mobilização da sociedade civil contra ambas, incluindo ações judiciais perante o Supremo Tribunal Federal e o apoio de vários membros do Congresso Nacional, o governo revogou ambos os conjuntos de emendas. As tentativas foram, no entanto, representativas de um conjunto preocupante de estratégias oficiais que vêm sendo implementadas desde então para suprimir liberdades.

Duas estratégias-chave surgiram no início da nova administração: a desinformação, que acontece com a supressão de dados públicos e redução do acesso a fontes de informação oficial; e os ataques contra vozes independentes do Estado, como de jornalistas e comunicadores, defensores de direitos humanos e ONGs.

A desinformação e a deslegitimação de meios de comunicação tem gerado uma nova onda de campanhas difamatórias contra a mídia, muitas vezes promovidas ou mesmo realizadas com o apoio de autoridades públicas.

[As mulheres jornalistas foram os principais alvos desses ataques](#), com casos graves, como o de Bianca Santana, Patrícia Campos Mello e várias outras profissionais da mídia.

Os direitos das mulheres de falar e saber foram severamente afetados pelas políticas de Bolsonaro, com [informações sobre direitos sexuais e reprodutivos](#), bem como informações sobre direitos trabalhistas, suprimidos. Em 2019, o orçamento federal para a implementação de políticas públicas de direitos das mulheres foi drasticamente reduzido. Em setembro de 2019, o governo federal pressionou os promotores a investigar a Revista AzMina por uma matéria que simplesmente detalhava recomendações da Organização Mundial de Saúde para realização de aborto seguro.

Em 2016, foi aprovada uma lei antiterrorismo, com risco de usos indevidos para criminalizar movimentos sociais e protestos. Em 2019, foram propostos 21 [novos projetos de lei](#), com o objetivo de aumentar as sanções, incluir definições genéricas e abrir brechas para sua mobilização para restringir práticas absolutamente democráticas.

A criminalização de ONGs e defensores de direitos humanos é particularmente aguda na área dos direitos ambientais (ver capítulo 3.2 do relatório global), como ficou demonstrado durante os incêndios na Amazônia em 2019. Estes incêndios [foram atribuídos a grupos ambientalistas](#).

[e membros da Brigada Alter do Chão.](#)

Daniel Gutierrez Govino, João Victor Pereira Romano, Gustavo de Almeida Fernandes e Marcelo Aron Cwerner foram presos. Posteriormente, ficou provado o absurdo das acusações e detenções, mas membros do governo federal e o próprio presidente Jair Bolsonaro seguem fazendo acusações genéricas e sem evidências para promover a desinformação em relação a ativistas, movimentos sociais e organizações e desviar a atenção da responsabilidade do

Estado por violações de direitos humanos e ambientais.

Atualização 2020: a pandemia de 2020 fez do Brasil um exemplo extremo de como líderes autoritários e restrições à liberdade de expressão, combinados com a desinformação, representam um alto risco para a saúde pública.

Metodologia

O conjunto completo de dados V-Dem inclui mais de 600 índices e indicadores que medem diferentes aspectos da democracia em todo o mundo. Ao produzir este Relatório Global de Expressão, a ARTIGO 19 trabalhou com V-Dem para selecionar os 25 indicadores que melhor correspondiam à nossa visão ampla e holística da liberdade de expressão:

v2mecenefi	Esforços de censura na Internet
v2xcl_Disc	Liberdade de debate para homens e mulheres
v2mecenefm	Esforços de censura pelo governo
v2meslfcen	Auto-censura dos meios de comunicação
v2clacfree	Liberdade de expressão acadêmica e cultural
v2cscnsult	Consulta às Organizações da Sociedade Civil
v2dlengage	Sociedade engajada
v2cltrnslw	Leis transparentes com aplicação previsível
v2meharjrn	Assédio a jornalistas
v2clkill	Impunidade para assassinato político
v2csreprss	Repressão de Organizações da Sociedade Civil
v2cseorgs	Entrada e saída de OSC
v2cspcpt	Ambiente participativo de OSC
v2psparbano	Proibição de partidos
v2clrelig	Liberdade de religião
v2smgovfilprc	Filtragem de conteúdo na Internet pelo governo na prática
v2smgovshut	Desligamento da Internet pelo governo na prática
v2smgovsmcenprc	Censura de redes sociais pelo governo na prática
v2smregcon	Conteúdo de regulamentação legal da Internet

v2smgovsmmon	Monitoramento de mídias sociais pelo governo
v2smregapp	Abordagem de regulamentação de conteúdos online pelo governo
v2smarrest	Detenções por conteúdo político
v2caassemb	Liberdade de reunião pacífica
v2cafexch	Liberdade de Intercâmbio Acadêmico
v2smdefabu	Abuso de difamação e direito de autor por parte das elites

Estes indicadores foram incluídos em um modelo de medição Bayesiana para países com dados disponíveis de 2000 a 2019, a fim de criar a nossa métrica, a GxR. A V-Dem se baseia em conhecimentos teóricos e metodológicos de sua equipe mundial para produzir dados da forma mais objetiva e confiável possível. Cerca de metade dos indicadores do conjunto de dados V-Dem baseiam-se em informações factuais que podem ser obtidas em documentos oficiais. O restante consiste em avaliações mais qualitativas sobre temas como as práticas democráticas e governativas e o cumprimento de leis e normas. Em tais questões, normalmente cinco especialistas fornecem classificações para o país, área temática e período de tempo para o qual têm experiência.

O GxR foi produzido para 161 países com estimativas pontuais que caem entre 0 e 1. Ao longo do relatório, calculamos a variação real da pontuação, bem como a

variação percentual da pontuação nos principais períodos de tempo. Nós redimensionamos esse valor e arredondamos o valor para relatar GxR como um número inteiro (0-100) para facilitar a interpretação. Os países são colocados em categorias para o contínuo de expressão com base nessa pontuação final. No entanto, as alterações da pontuação percentual que reportamos são calculadas a partir dos valores da escala original

O relatório olha para as mudanças de pontuação GxR ao longo do tempo ao longo de três períodos: no último ano (2018-2019), nos últimos cinco anos (2014-2019), e na década (2009-2019). Para cada período de tempo, identificamos países com melhoria ou deterioração significativa e holística, definida por uma mudança significativa na pontuação ao longo do período. Para mais informações acesse a descrição na metodologia no relatório na íntegra (disponível em inglês).

Nota sobre o Relatório Global de Expressão

O Relatório Global de Expressão reúne informações de diferentes países e é a análise anual mais abrangente sobre a liberdade de expressão em todo o mundo. A publicação é realizada anualmente pela **ARTIGO 19** e pode ser acessada na íntegra em inglês [neste link](#).



O relatório é estruturado em 6 capítulos que complementam a métrica de liberdade de expressão com análises. O Capítulo 1 analisa o panorama geral - as grandes mudanças de expressão reveladas pelos dados ao longo de um período de 10 anos. Esta seção traz uma visão da estrutura da métrica, da gama de

dados e das grandes movimentações em termos geográficos. Ele também apresenta visões gerais analíticas das tendências.

Do Capítulo 2 ao Capítulo 6 são examinados cinco contextos regionais diferentes para a liberdade de expressão: África, Américas, Ásia e Pacífico, Europa e Ásia Central, Oriente Médio e Norte da África. Em particular, são observados progressos e tendências de queda visíveis.

A análise fornecida para cada um dos capítulos regionais é baseada na pesquisa documental de uma vasta gama de publicações e organizações, incluindo o nosso próprio trabalho. Ao contrário de edições anteriores, em 2020 os links ativos indicam as fontes e são fornecidos no texto, em vez de notas de rodapé. Os gráficos ilustram o desempenho em cada país e região ao longo do mesmo período considerado na visão global no Capítulo 1.

Uma metodologia detalhada para a métrica é fornecida no Anexo 1. Esta seção explica como a métrica foi construída e os conjuntos de dados analisados. O Anexo 2 enumera os dados GxR para cada um dos 161 países.

Todos os gráficos são medidos em uma escala de 0-100, exceto as Figuras 10, 11,

12 e 13 no Capítulo 1.3, que medem pontuações para a democracia e o contexto mais amplo para a expressão. Estes indicadores seguem uma escala diferente, uma vez que não fazem parte da métrica, mas são usados para nos ajudar a entender melhor o contexto das pontuações de liberdade de expressão, ou seja, a facilidade de acesso à informação (mídia) e a eficácia das estruturas, como a prestação de contas.

As pontuações decrescentes para os países em todos os quadros de dados são organizadas por ordem decrescente, com os países com pior desempenho no topo. Embora o período em análise seja de 2009-2019, as atualizações para 2020 estão incluídas em caixas coloridas.

Anexos

Tabela 1: Ranking global

Tabela 2: América do Sul

Tabela 3: Países com maiores declínios

Tabela 4: Países com maiores avanços

Ranking global da liberdade de expressão

Posição	País	Região	População em 2019	2019 GxR	Categoria de Expressão
1	Dinamarca	Europa e Ásia Central	5.812.000	93	Aberto
2	Suíça	Europa e Ásia Central	8.573.000	91	Aberto
3	Noruega	Europa e Ásia Central	5.353.000	91	Aberto
4	Canadá	Américas	37.386.000	91	Aberto
5	Suécia	Europa e Ásia Central	10.238.000	91	Aberto
6	Finlândia	Europa e Ásia Central	5.524.000	91	Aberto
7	Bélgica	Europa e Ásia Central	11.481.000	90	Aberto
8	Estônia	Europa e Ásia Central	1.322.000	90	Aberto
9	Alemanha	Europa e Ásia Central	83.102.000	90	Aberto
10	Letônia	Europa e Ásia Central	1.906.000	89	Aberto
11	Portugal	Europa e Ásia Central	10.251.000	89	Aberto
12	Irlanda	Europa e Ásia Central	4.927.000	89	Aberto
13	Nova Zelândia	Ásia e Pacífico	4.880.000	88	Aberto
14	Uruguai	Américas	3.462.000	88	Aberto
15	Holanda	Europa e Ásia Central	17.266.000	88	Aberto
16	Costa Rica	Américas	5.048.000	87	Aberto
17	Espanha	Europa e Ásia Central	46.826.000	87	Aberto
18	Chile	Américas	18.952.000	87	Aberto
19	Itália	Europa e Ásia Central	60.299.000	87	Aberto
20	Islândia	Europa e Ásia Central	355.000	86	Aberto
21	Áustria	Europa e Ásia Central	8.890.000	86	Aberto
22	República Checa	Europa e Ásia Central	10.652.000	86	Aberto
23	Jamaica	Américas	2.948.000	85	Aberto
24	Chipre	Europa e Ásia Central	1.199.000	84	Aberto
25	Estados Unidos	Américas	328.621.000	84	Aberto
26	Lituânia	Europa e Ásia Central	2.762.000	83	Aberto
27	Eslôvênia	Europa e Ásia Central	2.074.000	83	Aberto
28	Geórgia	Europa e Ásia Central	3.718.000	83	Aberto
29	Argentina	Américas	44.901.000	83	Aberto
30	França	Europa e Ásia Central	67.114.000	82	Aberto
31	Reino Unido	Europa e Ásia Central	66.822.000	82	Aberto
32	Grécia	Europa e Ásia Central	10.673.000	82	Aberto
33	Eslôvâquia	Europa e Ásia Central	5.449.000	82	Aberto
34	Japão	Ásia e Pacífico	126.097.000	82	Aberto
35	Vanuatu	Ásia e Pacífico	300.000	82	Aberto
36	Coreia do Sul	Ásia e Pacífico	51.636.000	81	Aberto
37	Armênia	Europa e Ásia Central	2.958.000	80	Aberto
38	Austrália	Ásia e Pacífico	25.278.000	80	Aberto
39	Taiwan	Ásia e Pacífico		79	Pouco Restrito
40	Peru	Américas	32.510.000	79	Pouco Restrito
41	Mongólia	Ásia e Pacífico	3.225.000	78	Pouco Restrito
42	Papua-Nova Guiné	Ásia e Pacífico	8.776.000	75	Pouco Restrito
43	Tunísia	Oriente Médio e Norte da África	11.695.000	75	Pouco Restrito
44	República Dominicana	Américas	10.739.000	74	Pouco Restrito
45	Botsuana	África	2.304.000	74	Pouco Restrito
46	Malta	Europa e Ásia Central	486.000	74	Pouco Restrito
47	El Salvador	Américas	6.454.000	74	Pouco Restrito
48	Gana	África	30.418.000	73	Pouco Restrito
49	Senegal	África	16.296.000	72	Pouco Restrito
50	Paraguai	Américas	7.045.000	71	Pouco Restrito
51	Bulgária	Europa e Ásia Central	6.972.000	71	Pouco Restrito
52	Moldávia	Europa e Ásia Central	2.699.000	71	Pouco Restrito
53	Timor Leste	África	7.813.000	71	Pouco Restrito
54	Serra Leoa	Ásia e Pacífico	1.293.000	71	Pouco Restrito
55	Romênia	Europa e Ásia Central	19.328.000	70	Pouco Restrito
56	Namíbia	África	2.495.000	70	Pouco Restrito
57	Libéria	África	4.937.000	70	Pouco Restrito
58	México	Américas	127.576.000	70	Pouco Restrito
59	Israel	Oriente Médio e Norte da África	9.028.000	67	Pouco Restrito
60	África do Sul	África	58.558.000	67	Pouco Restrito
61	Gâmbia	África	2.348.000	67	Pouco Restrito
62	Bolívia	Américas	11.513.000	66	Pouco Restrito
63	Equador	Américas	17.374.000	66	Pouco Restrito
64	Croácia	Europa e Ásia Central	4.062.000	66	Pouco Restrito
65	Kosovo	Europa e Ásia Central	1.857.000	65	Pouco Restrito
66	Polônia	Europa e Ásia Central	37.928.000	65	Pouco Restrito
67	Macedônia do Norte	Europa e Ásia Central	2.083.000	65	Pouco Restrito
68	Benim	África	11.801.000	64	Pouco Restrito

69	Guatemala	Américas	17.581.000	64	Pouco Restrito
70	Albânia	Europa e Ásia Central	2.867.000	63	Pouco Restrito
71	Honduras	Américas	9.746.000	62	Pouco Restrito
72	Bósnia e Herzegovina	Europa e Ásia Central	3.301.000	62	Pouco Restrito
73	Sri Lanka	Ásia e Pacífico	21.757.000	61	Pouco Restrito
74	Malawi	África	18.629.000	59	Restrito
75	Haiti	Américas	1.1263.000	59	Restrito
76	Montenegro	Europa e Ásia Central	622.000	58	Restrito
77	Mali	África	19.658.000	58	Restrito
78	Costa do Marfim	África	25.717.000	57	Restrito
79	Burquina Faso	África	20.321.000	56	Restrito
80	Quênia	África	52.574.000	56	Restrito
81	Moçambique	África	30.366.000	54	Restrito
82	Madagascar	África	26.969.000	53	Restrito
83	Indonésia	Ásia e Pacífico	270.626.000	53	Restrito
84	Hungria	Europa e Ásia Central	9.748.000	53	Restrito
85	Lesoto	África	2.125.000	52	Restrito
86	Nigéria	África	200.964.000	50	Restrito
87	Colômbia	Américas	50.339.000	49	Restrito
88	Gabão	África	2.173.000	48	Restrito
89	Sérvia	Europa e Ásia Central	6.953.000	48	Restrito
90	Maldivas	Ásia e Pacífico	531.000	47	Restrito
91	Quirguizistão	Europa e Ásia Central	6.435.000	46	Restrito
92	Nepal	Ásia e Pacífico	28.609.000	46	Restrito
93	Níger	África	23.311.000	46	Restrito
94	Brasil	Américas	211.050.000	46	Restrito
95	Filipinas	Ásia e Pacífico	108.117.000	44	Restrito
96	Líbano	Oriente Médio e Norte da África	6.856.000	42	Restrito
97	Fiji	Ásia e Pacífico	890.000	42	Restrito
98	Butão	Ásia e Pacífico	763.000	42	Restrito
99	Malásia	Ásia e Pacífico	31.950.000	42	Restrito
100	Tanzânia	África	58.005.000	41	Restrito
101	Ucrânia	Europa e Ásia Central	44.391.000	40	Restrito
102	Guiné	África	12.771.000	40	Restrito
103	República Centro-Africana	África	4.745.000	39	Altamente Restrito
104	Angola	África	31.825.000	39	Altamente Restrito
105	Marrocos	Oriente Médio e Norte da África	36.472.000	37	Altamente Restrito
106	Mauritânia	África	4.526.000	37	Altamente Restrito
107	Iraque	Oriente Médio e Norte da África	39.310.000	36	Altamente Restrito
108	Zâmbia	África	17.861.000	36	Altamente Restrito
109	Afeganistão	Ásia e Pacífico	38.042.000	35	Altamente Restrito
110	Togo	África	8.082.000	35	Altamente Restrito
111	Hong Kong	Ásia e Pacífico	7.508.000	34	Altamente Restrito
112	Birmânia	Ásia e Pacífico	54.045.000	33	Altamente Restrito
113	Jordânia	Oriente Médio e Norte da África	10.102.000	31	Altamente Restrito
114	Palestina	Oriente Médio e Norte da África	4.690.000	29	Altamente Restrito
115	Camarões	África	25.876.000	29	Altamente Restrito
116	Etiópia	África	112.079.000	29	Altamente Restrito
117	Kuwait	Oriente Médio e Norte da África	4.207.000	28	Altamente Restrito
118	Paquistão	Ásia e Pacífico	216.565.000	27	Altamente Restrito
119	Uganda	África	44.270.000	26	Altamente Restrito
120	Singapura	Ásia e Pacífico	5.710.000	25	Altamente Restrito
121	Líbia	Oriente Médio e Norte da África	6.777.000	24	Altamente Restrito
122	Bielorrússia	Europa e Ásia Central	9.478.000	23	Altamente Restrito
123	República Democrática do Congo	África	86.791.000	23	Altamente Restrito
124	Sudão	África	42.813.000	20	Altamente Restrito
125	Índia	Ásia e Pacífico	1.366.418.000	19	Em crise
126	Somália	África	15.443.000	18	Em crise
127	Cazaquistão	Europa e Ásia Central	18.493.000	18	Em crise
128	Ruanda	África	12.627.000	17	Em crise
129	Argélia	Oriente Médio e Norte da África	43.053.000	16	Em crise
130	Tailândia	Ásia e Pacífico	69.626.000	15	Em crise
131	Chad	África	15.947.000	15	Em crise
132	Bangladeche	Ásia e Pacífico	163.046.000	15	Em crise
133	Suazilândia	África	1.148.000	14	Em crise
134	Rússia	Europa e Ásia Central	144.369.000	14	Em crise
135	Zimbabué	África	14.645.000	13	Em crise
136	República do Congo	África	5.381.000	12	Em crise
137	Vietã	Ásia e Pacífico	96.462.000	10	Em crise
138	Azerbaijão	Europa e Ásia Central	10.036.000	9	Em crise
139	Uzbequistão	Europa e Ásia Central	33.360.000	9	Em crise

140	Camboja	Ásia e Pacífico	28.516.000	8	Em crise
141	Venezuela	Américas	28.516.000	8	Em crise
142	Omã	Oriente Médio e Norte da África	4.975.000	7	Em crise
143	Catar	Oriente Médio e Norte da África	2.832.000	7	Em crise
144	Nicarágua	Américas	6.546.000	6	Em crise
145	Egito	Oriente Médio e Norte da África	100.388.000	6	Em crise
146	Irã	Oriente Médio e Norte da África	82.914.000	6	Em crise
147	Burundi	África	11.531.000	6	Em crise
148	Turquia	Europa e Ásia Central	83.430.000	6	Em crise
149	Emirados Árabes Unidos	Oriente Médio e Norte da África	9.771.000	5	Em crise
150	Sudão do Sul	África	11.062.000	5	Em crise
151	Cuba	Américas	11.333.000	4	Em crise
152	Iêmen	Oriente Médio e Norte da África	29.162.000	4	Em crise
153	Tajiquistão	Europa e Ásia Central	9.321.000	4	Em crise
154	Guiné Equatorial	África	1.356.000	4	Em crise
155	Arábia Saudita	Oriente Médio e Norte da África	34.269.000	3	Em crise
156	China	Ásia e Pacífico	1.397.295.000	3	Em crise
157	Bahrein	Oriente Médio e Norte da África	1.641.000	3	Em crise
158	Síria	Oriente Médio e Norte da África	17.070.000	1	Em crise
159	Turcomenistão	Europa e Ásia Central	5.942.000	1	Em crise
160	Eritreia	África		1	Em crise
161	Coreia do Norte	Ásia e Pacífico	25.666.000	0	Em crise

Ranking liberdade de expressão - América do Sul

Posição	País	Região	População em 2019	2019 GxR	Categoria de Expressão
14	Uruguai	Américas	3.462.000	88	Aberto
18	Chile	Américas	18.952.000	87	Aberto
29	Argentina	Américas	44.901.000	83	Aberto
40	Peru	Américas	32.510.000	79	Pouco Restrito
50	Paraguai	Américas	7.045.000	71	Pouco Restrito
62	Bolívia	Américas	11.513.000	66	Pouco Restrito
63	Equador	Américas	17.374.000	66	Pouco Restrito
87	Colômbia	Américas	50.339.000	49	Restrito
94	Brasil	Américas	211.050.000	46	Restrito
141	Venezuela	Américas	28.516.000	8	Em crise

* O ranking da América do Sul considera os indicadores disponíveis de 10 dos 12 países autônomos da região, não incluindo Guiana e Suriname.

Países com experiências significativas no declínio da liberdade de expressão

2018 - 2019

Pais	Região	Categoria de Expressão 2018	Categoria de Expressão 2019	Mudança da pontuação (período de 1 ano)	Mudança na % (período de 1 ano)
Brasil	Américas	Pouco Restrito	Restrito	-18	-28%
Benim	África	Aberto	Pouco Restrito	-15	-19%
Hong Kong	Ásia e Pacífico	Restrito	Altamente Restrito	-12	-25%
Gabão	África	Pouco Restrito	Restrito	-11	-19%
Colômbia	Américas	Pouco Restrito	Restrito	-11	-18%
Gana	África	Aberto	Pouco Restrito	-11	-13%

2014 - 2019

Pais	Região	Categoria de Expressão 2014	Categoria de Expressão 2019	Mudança da pontuação (período de 5 anos)	Mudança na % (período de 5 anos)
Brasil	Américas	Aberto	Restrito	-39	-46%
Índia	Ásia e Pacífico	Restrito	Em crise	-37	-66%
Nicarágua	Américas	Altamente Restrito	Em crise	-27	-81%
Polônia	Europa e Ásia Central	Aberto	Pouco Restrito	-25	-28%
Hong Kong	Ásia e Pacífico	Restrito	Altamente Restrito	-22	-39%
Filipinas	Ásia e Pacífico	Pouco Restrito	Restrito	-21	-33%
Colômbia	Américas	Pouco Restrito	Restrito	-20	-29%
Nigéria	África	Pouco Restrito	Restrito	-17	-26%
Niger	África	Pouco Restrito	Restrito	-16	-26%
Tanzânia	África	Restrito	Restrito	-16	-28%
Togo	África	Restrito	Altamente Restrito	-16	-31%
Iêmen	Oriente Médio e Norte da África	Em crise	Em crise	-16	-80%
Croácia	Europa e Ásia Central	Aberto	Pouco Restrito	-15	-19%
Benim	África	Pouco Restrito	Pouco Restrito	-15	-19%
Gabão	África	Pouco Restrito	Restrito	-14	-22%
Zâmbia	África	Restrito	Altamente Restrito	-13	-27%
Paquistão	Ásia e Pacífico	Restrito	Altamente Restrito	-13	-33%
Burundi	África	Em crise	Em crise	-13	-69%
Tailândia	Ásia e Pacífico	Altamente Restrito	Em crise	-13	-46%
Camarões	África	Restrito	Altamente Restrito	-12	-28%
Guiné	África	Restrito	Restrito	-11	-22%
Hungria	Europa e Ásia Central	Pouco Restrito	Restrito	-11	-17%
Líbia	Oriente Médio e Norte da África	Altamente Restrito	Altamente Restrito	-11	-32%
Burquina Faso	África	Pouco Restrito	Restrito	-11	-16%
Bósnia e Herzegovina	Europa e Ásia Central	Pouco Restrito	Pouco Restrito	-10	-14%
Sérvia	Europa e Ásia Central	Restrito	Restrito	-10	-18%

2009 - 2019

Pais	Região	Categoria de Expressão 2009	Categoria de Expressão 2019	Mudança da pontuação (período de 10 anos)	Mudança na % (período de 10 anos)
Brasil	Américas	Aberto	Restrito	-43	-48%
Índia	Ásia e Pacífico	Restrito	Em crise	-40	-68%
Nicarágua	Américas	Restrito	Em crise	-35	-85%
Ucrânia	Europa e Ásia Central	Pouco Restrito	Restrito	-34	-46%
Turquia	Europa e Ásia Central	Restrito	Em crise	-34	-85%
Hungria	Europa e Ásia Central	Aberto	Restrito	-33	-39%
Hong Kong	Ásia e Pacífico	Pouco Restrito	Altamente Restrito	-32	-48%
Zâmbia	África	Pouco Restrito	Altamente Restrito	-29	-45%
Sérvia	Europa e Ásia Central	Pouco Restrito	Restrito	-29	-38%
Bangladesh	Ásia e Pacífico	Restrito	Em crise	-27	-64%
Polônia	Europa e Ásia Central	Aberto	Pouco Restrito	-26	-29%
Burundi	África	Altamente Restrito	Em crise	-25	-81%
Paquistão	Ásia e Pacífico	Restrito	Altamente Restrito	-25	-48%
Venezuela	Américas	Altamente Restrito	Em crise	-23	-74%
Nepal	Ásia e Pacífico	Pouco Restrito	Restrito	-21	-31%
Iêmen	Oriente Médio e Norte da África	Altamente Restrito	Em crise	-20	-83%
Bahrein	Oriente Médio e Norte da África	Altamente Restrito	Em crise	-18	-87%
Camboja	Ásia e Pacífico	Altamente Restrito	Em crise	-18	-68%
Tanzânia	África	Restrito	Restrito	-18	-30%
Camarões	África	Restrito	Altamente Restrito	-17	-37%
Tailândia	Ásia e Pacífico	Altamente Restrito	Em crise	-16	-52%
Croácia	Europa e Ásia Central	Aberto	Pouco Restrito	-16	-20%
Filipinas	Ásia e Pacífico	Pouco Restrito	Restrito	-16	-27%
Bósnia e Herzegovina	Europa e Ásia Central	Pouco Restrito	Pouco Restrito	-14	-19%
Uganda	África	Restrito	Altamente Restrito	-14	-36%
Rússia	Europa e Ásia Central	Altamente Restrito	Em crise	-14	-50%
Togo	África	Restrito	Altamente Restrito	-14	-29%
Benim	África	Pouco Restrito	Pouco Restrito	-13	-17%
Nigéria	África	Pouco Restrito	Restrito	-13	-21%
Mauritânia	África	Restrito	Altamente Restrito	-12	-25%
Gana	África	Aberto	Pouco Restrito	-12	-14%
Albânia	Europa e Ásia Central	Pouco Restrito	Pouco Restrito	-11	-15%
Romênia	Europa e Ásia Central	Aberto	Pouco Restrito	-11	-14%
Bolívia	Américas	Pouco Restrito	Pouco Restrito	-11	-14%
Bulgária	Europa e Ásia Central	Aberto	Pouco Restrito	-11	-13%
Montenegro	Europa e Ásia Central	Pouco Restrito	Restrito	-11	-16%
Malta	Europa e Ásia Central	Aberto	Pouco Restrito	-11	-13%
Afganistão	Ásia e Pacífico	Restrito	Altamente Restrito	-11	-24%
Libéria	África	Aberto	Pouco Restrito	-11	-13%
Maldivas	Ásia e Pacífico	Restrito	Restrito	-10	-18%
África do Sul	África	Pouco Restrito	Pouco Restrito	-10	-13%

Países com experiências significativas no avanço da liberdade de expressão

2018 - 2019

País	Região	Categoria de Expressão 2018	Categoria de Expressão 2019	Mudança da pontuação (período de 1 ano)	Mudança na % (período de 1 ano)
Maldivas	Ásia e Pacífico	Em crise	Restrito	32	217%
Mali	África	Restrito	Restrito	17	40%
Sudão	África	Em crise	Altamente Restrito	13	184%
Armênia	Europa e Ásia Central	Pouco Restrito	Aberto	13	20%

2014 - 2019

País	Região	Categoria de Expressão 2014	Categoria de Expressão 2019	Mudança da pontuação (período de 5 anos)	Mudança na % (período de 5 anos)
Gâmbia	África	Em crise	Pouco Restrito	59	732%
Sri Lanka	Ásia e Pacífico	Altamente Restrito	Pouco Restrito	38	161%
Maldivas	Ásia e Pacífico	Altamente Restrito	Restrito	26	128%
Equador	Américas	Restrito	Pouco Restrito	26	65%
Armênia	Europa e Ásia Central	Restrito	Aberto	22	38%
Etiópia	África	Em crise	Altamente Restrito	18	153%
Fiji	Ásia e Pacífico	Altamente Restrito	Restrito	17	71%
Angola	África	Altamente Restrito	Altamente Restrito	17	80%
Malásia	Ásia e Pacífico	Altamente Restrito	Restrito	16	63%
Coreia do Sul	Ásia e Pacífico	Pouco Restrito	Aberto	15	23%
Macedónia do Norte	Europa e Ásia Central	Restrito	Pouco Restrito	14	27%
Sudão	África	Em crise	Altamente Restrito	13	162%

2009 - 2019

País	Região	Categoria de Expressão 2009	Categoria de Expressão 2019	Mudança da pontuação (período de 10 anos)	Mudança na % (período de 10 anos)
Tunísia	Oriente Médio e Norte da África	Em crise	Pouco Restrito	70	1300%
Gâmbia	África	Em crise	Pouco Restrito	55	476%
Sri Lanka	Ásia e Pacífico	Altamente Restrito	Pouco Restrito	39	182%
Birmânia	Ásia e Pacífico	Em crise	Altamente Restrito	31	1983%
Fiji	Ásia e Pacífico	Em crise	Restrito	27	189%
Armênia	Europa e Ásia Central	Restrito	Aberto	25	45%
Líbia	Oriente Médio e Norte da África	Em crise	Altamente Restrito	22	1285%
Moldávia	Europa e Ásia Central	Restrito	Pouco Restrito	18	34%
Etiópia	África	Em crise	Altamente Restrito	18	155%
Malásia	Ásia e Pacífico	Altamente Restrito	Restrito	14	53%
Equador	Américas	Restrito	Pouco Restrito	14	26%
Angola	África	Altamente Restrito	Altamente Restrito	14	53%
Quirguizistão	Europa e Ásia Central	Altamente Restrito	Restrito	13	39%
Sudão	África	Em crise	Altamente Restrito	13	174%
Geórgia	Europa e Ásia Central	Pouco Restrito	Aberto	11	16%
Coreia do Sul	Ásia e Pacífico	Pouco Restrito	Aberto	11	15%

ARTIGO 19

**DEFENDENDO A LIBERDADE
DE EXPRESSÃO E INFORMAÇÃO**



artigo19.org



@artigo19brasil



@artigo19



@artigo19



comunicacao@artigo19.org